

XIII Cursos Internacionais de Verão de Cascais

Tema 2

Estado e Cidadania: O que impede boas políticas?

07/ 07/ 2006

Conferencista: Doutor *José Luís Saldanha Sanches*

*Política Fiscal**

Começo por agradecer este amável convite, e é com muito gosto que o aceitei. Vamos começar por discutir questões de cidadania como cidadãos.

Os impostos: o modo como estes se articulam com a sociedade e os problemas existentes

Em primeiro lugar, o imposto é uma consequência. A decisão básica de qualquer sociedade, a respeito das despesas públicas que vai ter, porque é que tendemos a esquecer isso? Porque a despesa é o lado agradável e somos todos a favor de algumas despesas, já no que diz respeito ao imposto este representa o lado desagradável.

É a despesa que cria o imposto, quando reduzimos um certo bem público, quer na educação, saúde, saneamento básico, pensão de reforma, ou seja o que for, temos uma despesa e ela vai ter que ser financiada.

Formas de financiamento

Vai ser financiada por duas formas básicas: pela **inflação** ou pelo **imposto**. Se não conseguimos ter um acordo, acerca do modo como vamos pagar essa despesa, vamos ter um déficit orçamental.

* Publicado em *Estado e Cidadania: O que impede boas políticas?* org. VIRIATO SOROMENHO-MARQUES (Lisboa:2007), 111-132.

O **déficit orçamental** pode ser **moderado**, (como temos actualmente), um **déficit** quase de **ruptura**, onde não há acordo sobre o modo como vamos pagar as despesas já feitas, por isso vamos ter uma emissão monetária sem regras e por fim vamos ter a inflação.

Os casos céleres de inflação, como por exemplo: na Alemanha pouco antes do nazismo, em que de repente os preços multiplicaram-se por um trilião. Onde surgiu qualquer coisa de impensável, de inconcebível e houve uma completa expropriação das pessoas, porque perderam tudo o que tinham em termos monetários e de rendas fixas; tudo isto são sinais, de que não houve acordo acerca do modo como se vai pagar a despesa. Uma sociedade como esta, está em ruptura, em desagregação, estava à beira do nazismo, à beira da guerra, esse é um bom índice de um caso dramático.

Temos muitos casos em que há sociedades, que têm inflações crónicas de 1000%.ou 2000%. Portugal teve nos anos 20, inflações próximas dos 100 / 200% por ano e teve na década de 70 / 80 inflações de 20 até 30 % por ano.

Em termos simples, não surgiu o acordo sobre o modo como a despesa ia ser financiada, portanto temos a ruptura fiscal mais grave, que não se dá ao nível do imposto, dá-se ao nível da despesa pública que não pode ser paga. Depois o banco vai emitir altas e temos a inflação.

Como vamos partilhar os encargos fiscais?

É aqui que começam todos os problemas, porque se facilmente podemos conceber um sistema muito simples, em que todos pagam o que é devido. O acordo sobre esse sistema, a ausência de debate e a paz sobre esse mesmo sistema envolvia algumas superstições demasiado arriscadas ou heróicas. Como se costuma dizer, todos nós seríamos animados por um enorme espírito público, seríamos seres altruístas, não havia interesses instalados e não havia contradições do mais variado tipo de classe ou outras.

O acordo era muito fácil, se nós por exemplo: discutirmos como é que vamos daqui a passear a pé até Oeiras. Certamente chegaremos a um acordo, o melhor caminho é este e não haverá aqui grandes contradições mas quando nós vamos por exemplo discutir como é que se financia qualquer operação, as questões são mais difíceis.

Podemos ter alguns princípios base de matéria fiscal e os próprios objectos para uma discussão, mas para os definir são necessários alguns confrontos sérios. Por isso verificamos a

questão da decisão pública ou da escolha pública, que tem sido objecto de trabalhos académicos muito interessantes, em que se discute a natureza da decisão colectiva.

Como é que se consegue uma decisão colectiva? Como é que vai ser obtida? Qual é o seu grau de racionalidade? O que é que a pode inquirir? Porquê é que vamos ter grandes problemas?

Temos aqui com toda a clareza o que podemos chamar os inimigos da Democracia.

A Democracia

A Democracia nasceu com o imposto. As grandes revoluções ligadas ao imposto, a representação e a tributação, tudo isso são temas centrais. Os próprios parlamentos nasceram para aprovarem os impostos. Os cidadãos e os súbditos (caso Inglês) que iam aos parlamentos, queriam ser ouvidos a propósito da cobrança da despesa pública e isso leva a que sejamos de um regime de auto tributação.

É certo que os nossos representantes estão na Assembleia, é certo que foram por nós eleitos, no entanto é discutível que podem ser demitidos amanhã. Podemos todos em Portugal dizer: “não afinal de contas tudo está errado e nós, 10 milhões de portugueses queremos outras pessoas”. Se amanhã acordássemos todos, ou 80% com essa convicção, o governo teria que abandonar. Não poderia governar, não iria recorrer à força contra todos nós. Se isto é inteiramente verdadeiro, também é verdade que há um conjunto de mediações, um conjunto de fixações no sistema e um conjunto de distâncias criadas que fazem com que não sintamos que estamos em regime de auto tributação mesmo quando o estamos.

O Estado

É curioso vermos o discurso aos mais variados níveis: um discurso contra o Estado, em que parece pressupor que não temos nada a ver com o Estado, isso deve ser pago pelo Estado, isso é culpa do Estado, o Estado não é pessoa de bem.

Na verdade o Estado tal como o conhecemos hoje é uma mera abstracção criada pelos publicistas alemães nos séculos XVIII e XIX, para designar certos graus políticos. Se desfiguramos o conceito de Estado não vamos encontrar lá nada. O Estado somos nós próprios, os contribuintes e a comunidade que sustenta um certo país. Por isso nós que vivemos em Democracia, temos sistemas que podem conseguir certos resultados.

Conjunto de problemas da Democracia

Recentemente no que diz respeito aos problemas os autores liberais, que têm uma pressão muito crítica em relação ao Estado, aparecem retomando temas que antes eram da esquerda e que esta os deixou de tomar. Aparecem a tratar com grande destaque os grupos de interesse especiais que existem na sociedade.

Aponta-se uma contradição interessante, que é um dos problemas da Democracia de hoje entre a massa dos eleitores (todos nós).

Vamos supor que somos um representante dos eleitores no seu conjunto, e como cidadãos temos algum interesse na questão pública; temos opiniões divergentes e acompanhamos de forma mais ou menos vigilante aquilo que fazem os nossos representantes.

Temos, no entanto, alguns problemas sérios em relação ao nosso empenhamento na questão pública. Vamos supor que estamos a discutir alguma coisa muito especial, como por exemplo: a questão do ambiente, celulose, eucaliptos ou outra coisa qualquer, vamos esbarrar com um problema que é a nossa falta de informação sobre esses temas.

A informação é adquirida por um pequeno grupo de especialistas, que raramente são neutros, ou seja estão ligados a interesses especiais desse sector, portanto temos que os ouvir com alguma reserva. Podemos eventualmente contar com aquela reserva teórica da Democracia: "A Universidade onde há pessoas que exploram esses assuntos, de forma isenta, que não estão ligadas à actividade concreta ou económica". Mesmo essas pessoas tendem a ser mobilizadas pelos interesses especiais. Temos uma sociedade marcada por interesses especiais, isso verifica-se em relação a tudo e também aos impostos.

Os impostos são objectos de estudos académicos, alguns muito interessantes e muito sérios mas que podem também ser marcados pelos interesses especiais.

Aparece aqui a possibilidade de um grupo de cidadãos mais poderoso, mais influente e mais rico, não por qualquer teoria conspiratória mas porque as coisas funcionam realmente assim, influenciar alguns académicos que trabalham nestas matérias, para que eles tenham em relação à questão tributária posições que conferem os seus interesses e que são com eles compatíveis.

De um lado estes interesses; do outro a massa dos eleitores, que possuem um interesse como cidadãos pela questão pública mas que não tem meios humanos, pessoais para ter uma opinião muito firme sobre as questões.

A informação também é uma mercadoria, tem de ser adquirida e tem um preço, conseqüentemente os cidadãos estão um pouco desarmados perante esses interesses especiais, que actuam de todas as formas e até de forma encoberta, por exemplo, vinculando as teorias que mais interessam aos seus representados, ou as pessoas para quem trabalham.

Fazendo a revelação de interesses que se impõe devo dizer que eu próprio trabalho basicamente para grandes empresas, embora procurando que isto não afecte muito aquilo que defendo em termos de justiça tributária e impostos; é claro que vai afectar alguma coisa, não podia deixar de ser, seria mera hipocrisia em negar ou não assumir isso.

Temos um conjunto de conflitos e de contradições sérias, em que a Democracia tem os seus limites e em que os interesses especiais podem por vezes ter mais força eleitoral que o conjunto global dos eleitores, porque este, como é evidente é um conjunto dividido e que só pode dar à questão pública e à política uma parte pequena da sua actividade e da sua vida.

Por isso certas questões, que numa certa fase foram quase consensuais hoje são postas fortemente em crise através de trabalhos por vezes académicos de grande nível. Por exemplo: nós devemos ter um taxa proporcional ou uma taxa progressiva quando tributamos o rendimento, nós temos uma taxa progressiva até aos 42% actualmente. A questão da taxa progressiva e da taxa proporcional tem tido muitas funções ao longo dos tempos. No século XIX alguns economistas vieram descobrir o seguinte: "A economia baseia-se num princípio, que é a chamada utilidade marginal decrescente, em termos muito simples: se recebo 10, essa receita para mim é essencial, porque se não receber 10 não posso comer e morro de fome, por outro lado se receber 100, eventualmente tenho direito alguns excedentes não essenciais e se receber 1000 tenho já um rendimento muito elevado".

Quer dizer que a utilidade que tiro dos 10, é maior do que aquela que tiro dos 10 adicionais que faz subir aos 100 e ainda mais os 10 antes dos 1000 portanto, o rendimento tem uma curva de utilidade decrescente.

Em termos muito sumários, uma pessoa que recebe por exemplo: um ordenado de 500€, descodificando, tem um aumento de 20% - terá um aumento muito mais importante e muito maior, do que aquele que tem um ordenado de 5000€ e que tem o mesmo aumento de 20%. Em quantidade é maior mas a utilidade que ele extrai é menor, porque já esta numa fase em que atingiu uma certa saciedade ao nível de consumo pessoal.

Deste modo, os economistas do século XIX, vieram todos dizer que o imposto mais justo era o imposto com **taxa progressiva** e isso reuniu ainda algum consenso. Porquê com taxa

progressiva? Porque o sacrifício assim era melhor distribuído, é evidente que se alguém recebe 1000 e se lhe amputarmos do ordenado por exemplo 30% ou 300, apesar de tudo o sacrifício é menor, do que amputarmos os mesmos 30% a quem recebe só 100, portanto em vez de uma taxa única proporcional temos uma taxa progressiva.

Esta é uma questão assente no século XIX e cria o imposto progressivo no século XX.

Até onde pode ir a progressividade do imposto?

Temos simultaneamente assuntos que parecem consensuais e assuntos que são mais discutíveis, note-se que nos Estados Unidos da América (Governo Republicano) nos anos 60 e na Inglaterra (Conservadores), as taxas de imposto andavam à volta dos 90% sobre os rendimentos mais elevados.

Em termos muito simples, na América nos anos 50 ou 60 quem recebesse 1 milhão de dólares de rendimento, pagava de imposto qualquer coisa como 800 mil dólares, com algumas deduções, era 90%. Tínhamos um imposto que correspondia à utilidade marginal decrescente do rendimento.

Isto é, taxas que são inaplicáveis.

Porque são inaplicáveis?

Porque a taxa é tão elevada que o contribuinte faz quase tudo o que pode para não a pagar. Num país com um Estado fraco, dinheiro para a fraude e num país que não está bem organizado tenta obter-se dentro da lei certos benefícios fiscais, isenções particulares que permitem não pagar tantos impostos, e por exemplo tenta transformar rendimentos periódicos em mais valias, porque a mais valia paga menos imposto que o rendimento.

Hoje em dia de taxa nos Estados Unidos temos 30 a 40%, dependendo dos Estados, na Europa em alguns países vai até aos 60%, que se acha como sendo o limite possível para a tributação.

Tem tantos efeitos laterais, que são quase sempre aplicáveis mas agora já há quem ache que mesmo 40% é um abuso e leva a desperdícios e a não funciona. Segundop essas correntes deveríamos ir para a *flat rate* ou taxa plana, a taxa proporcional que também é progressiva mas é muito menos progressiva. Voltando a um pouco de tecnicidade, por exemplo

se a taxa é 20% e se até um certo nível de imposto, por exemplo 500 € não há imposto só em 1000€ é que a taxa tem alguma progressividade tem mesmo de ser actual.

Porque é que hoje se discute tanto a taxa plana?

Existem um grande número de académicos que fazem artigos sobre a *flat rate* e acham que é a melhor solução para todos os países, porque já foi encontrada em alguns países europeus.

Penso que a razão, aqui supõe em boa parte dois grupos de interesses, na minha opinião, com todo o respeito pelos colegas que tem a opinião contrária e com os quais já debati muitas vezes este problema, penso que aqui há claramente uma influência de tornar os impostos tão amáveis quanto possíveis para com os concorrentes mais elevados e aqui verificamos que, não é fácil definir princípios de tributação, porque aqui os interesses são contrapostos.

Como é que podemos definir princípios de tributação?

Podemos tentar encontrar algumas fórmulas propostas pela filosofia ou pela ciência política moderna. Por exemplo: a Doutrina Alemã fala muito da teoria do discurso ou da generalização. Vai buscar uma ideia muito antiga de *Immanuel Kant* em que ele dizia " age de forma que a tua conduta possa ser uma regra de produto universal" e diz-nos que a definição de princípios passa pela teoria do discurso racional, debatendo qual é a melhor solução para as questões fiscais e através dessa discussão tentar encontrar um discurso que seja generalizável, isto é, a minha proposta tem de procurar corresponder ao menos na expressão verbal ao interesse de A, B ou de C, a de C também tem de corresponder ao meu.

Usando uma ideia de John Rawls um filósofo do século XX, que trabalhou com questões de justiça, vamos tentar discutir sob o véu da ignorância. Vamos supor que não sabendo o rendimento que mais tarde vamos receber e por isso mesmo tentar encontrar uma solução que seja justa para qualquer membro da sociedade independentemente do grau de rendimento que ele vai obter.

Que justificação daremos a este nível (voltando a Rawls e à teoria da justiça), para haver grandes desigualdades sociais, para não termos as tais taxas de 90%, porque alguma desigualdade social é o motor do crescimento económico, porque se nós vamos confiscar todos

os rendimentos que atingem um certo nível, enfim, 90% já é confiscatório, deixa de ser interessante procurar esse nível de rendimento.

Vamos aceitar taxas mais baixas, que vão legitimar-se pela eficiência social, que induzem maior eficiência e produzem maior crescimento económico. Vamos fazer com que a partilha do bolo seja mais fácil, porque o bolo cresceu alguma coisa e isso leva-nos portanto, a aceitar que não elevemos a taxa até aos tais 90% e que a taxa fique pelos 30 a 40 %. Esta é só uma opinião de parte dos especialistas, porque há uma outra parte que acha que mesmo 30 a 40% já é um excesso, que já é mau para a eficiência da economia e além disso, mais valia que não houvesse qualquer imposto sobre o rendimento e mais valia tributar apenas o consumo.

Temos aqui todo um conjunto de problemas que são reflexo de contradições e interesses, que depois se exprimem através de um discurso científico mais ou menos elaborado, mais ou menos exacto mas que à que procurar aqui algum consenso e bom senso.

É muito consolador quando vemos economistas, em relação a interesses económicos, dizer que quando baixamos a taxa de imposto de 80 para 40 conseguimos uma sociedade mais eficiente, agora se baixarmos de 40 para 30, não vamos conseguir com certeza.

Conseguimos quando reduzimos até um certo nível, mas não pensemos que esse é o remédio absoluto para conseguir, através da baixa de impostos que os países cresçam mais depressa, de maneira que há muitas posições e temos que as considerar, depois da revelação dos interesses subjacentes à exposição de cada período.

Depois temos outro problema, saber que leis é que vamos ter. Saber se as leis que vamos ter numa sociedade qualquer são leis que vão ter ou não a aprovação efectiva. Porque também aqui encontramos interesses contraditórios. Entre aqueles para quem, a questão principal é conseguir que a lei não seja aplicada e aqueles que em princípio teriam interesse, para que ela fosse aplicada de forma tão rigorosa quanto possível.

Portugal via o regime de sigilo bancário que era mais ou menos único na Europa, excepto na Suíça e no Luxemburgo (que era concebido para atrair capitais fugitivos), o nosso não atraia nenhuns capitais mas era concebido para tornar mais fácil em Portugal algumas coisas que não deviam acontecer.

Em Portugal, o sistema bancário foi discutido e durante muito tempo achou-se que não havia possibilidade de acabar com esse sigilo bancário, mais tarde criou-se algum consenso, por exemplo há alguns 10 anos, o professor Cavaco Silva, então ex.- Primeiro Ministro, veio dizer que tinha estudado o assunto e que tinha descoberto que em toda a parte, se usava o sigilo

bancário para combater a fraude fiscal e que achava que em Portugal também isso devia de ser feito e ao que parece o governo vai acabar com mais um *meet* ao controle das contas bancárias.

O controlo que o governo vai fazer é o seguinte: quem reclamar de uma qualquer liquidação perde o direito de ir ao tribunal requerer que, não seja autorizado o levantamento de sigilo bancário, porque o regime compromissório a este respeito, criado à alguns anos levou a uma solução um pouco absurda que foi a seguinte: se o fisco tenta obter dados sobre a conta bancária do contribuinte A, B ou C, o contribuinte A, B ou C podem dirigir-se ao tribunal e requer do juiz que não permita o levantamento do sigilo bancário.

Isto parece-me um pouco absurdo, porque se alguém requer a um juiz que não permite à administração que seja levantado o sigilo bancário a respeito das suas contas, é porque esse sigilo deve ser levantado o mais depressa possível, não há outra hipótese.

Há muitos anos no Canadá e nos Estados Unidos a conta bancária é controlada de forma automática por um computador e o Director Geral dos Impostos, se tiver alguma dúvida carrega num botão e tem a conta bancária de A, B ou C. Vamos supor que o Director Geral dos Impostos é uma pessoa que cumpre as regras. Só vai fazer isso nos casos em que a lei permite e exige e não vai usar isso para fins pessoais.

Para grande parte da economia paralela esta questão do segredo bancário, era decisivo e mesmo para os Srs. da corrupção, evidentemente que pode usar-se para isso fiscais mas é muito mais cómodo usar o banco da esquina, e o paraíso fiscal dá para umas operações mas não dá para outras e portanto o controle da conta bancária é essencial.

A discussão sobre este problema tem a ver não já com o saber objecto de imposto, se é imposto de rendimento, se imposto de consumo mas tem a ver com a questão de saber, se vamos ou não aceitar restrições legais para que a lei possa ser cumprida, isto passa para outra questão que é o tal discurso muito normal que em Portugal tendemos a fugir aos impostos e que os nórdicos tem outro comportamento, posso garantir que os nórdicos detestam tanto pagar impostos quanto nós. Pagar impostos não é, e nunca vai ser uma coisa agradável, era bem melhor o dinheiro ficar no nosso bolso. Agora o cidadão normal, é avesso ao risco, alguns tem mesmo ideia que devem cumprir, que aliás é uma coisa que é muito simpática e razoável que foi sempre muito generalizada, mas basicamente é avesso ao risco essa é a questão principal.

Se há um grau elevado de possibilidades de ser detectado e depois de ser detectado vai ter um grande número de problemas, esse cidadão cumpre a lei fiscal porque não está disposto a correr riscos. Aquela parte de rendimento que é para o Estado, vai para o Estado, por isso é que mesmo num país como Portugal, as grandes empresas embora se batam para pagar o

menos possível, através de estratagemas legais, não correm o risco de fazerem fraudes fiscais, porque sabem que isso é um risco excessivo, para elas que estão expostas, tem tudo documentado e são grandes máquinas desumanas.

Na pequena empresa e na pequena loja, pode-se entregar só uma parte do uso a cobrar dos cofres do Estado, num hipermercado isso não é possível, porque se o dono do hipermercado tivesse essa pretensão, não entregava parte do IVA e depois era roubado pelos seus empregados, e a máquina era incontrolável, tem de entregar tudo até ao último tostão ou ter tudo documentado, e quem tem tudo documentado não pode cometer fraudes.

O cidadão normal não tem a máquina administrativa de uma empresa e da sua grande rigidez, é o próprio que é gestor, esta a falar do seu próprio património e não de outros. É um cidadão normal que se não houver riscos tende a não pagar é humano e razoável. Isso envolve que cheguemos a um acordo difícil sobre as normas que vão sancionar os não comportamentos e os meios pelos quais, a administração vai controlar o cumprimento ou incumprimento. O sigilo bancário é o melhor exemplo dessas questões e o debate sobre o sigilo bancário, é no fundo sobre sabermos se queremos uma lei efectiva, uma lei que seja cumprida

Despesa pública

Estamos a reportar a uma linguagem que já não é dos juristas, é uma linguagem com base na justiça, embora possa servir para o contacto das injustiças. Podemos ter dificuldades em encontrar argumentos, embora sendo as sociedades plurais e por isso, com essa qualidade, garante que haja um debate um pouco contraditório e haja sempre opiniões para um sentido e no outro, em todas elas para um elevado grau de nível científico e académico.

Quando nós atingimos, por exemplo: situações como aquela que se vive hoje nos Estados Unidos, em que há um corte nos impostos em nome da eficiência mesmo levando a um enorme déficit de orçamento, que será pago pelas gerações. Aí temos que pensar, que de facto boa parte daquilo que se negou como pensamento económico, é mera propaganda de pacotilha sem nenhuma espécie de validade.

Temos o exemplo de há uns anos, de um jornalista do Wall Street Journal, nem sequer era um economista, que formulou a seguinte teoria: "A sociedade está esmagada por impostos demasiado elevados, conseqüentemente nós devemos é cortar as amarras à sociedade, baixando radicalmente a taxa de imposto", **com essa baixa da taxa de imposto o que é que vai acontecer?** A economia vai crescer prodigiosamente e vamos ter um aumento da receita,

não através da taxa elevada que temos hoje mas com uma taxa mais baixa, que vai impulsionar a economia. Chamou-se a esse conceito: a *curva de Laffer*.

A curva de Laffer

A *curva de Laffer*, esteve na origem dos cortes dos impostos feitos por *Ronald Reagan*, que aliás teve uma reforma fiscal em muitos aspectos positiva. Teve cortes de impostos com base no chamado *supply – side*, no qual os cortes vão ser compensados com um tal crescimento da economia, que o orçamento vai ficar equilibrado. O orçamento não ficou equilibrado e *George Herbert Walker Bush* teve de aumentar os impostos para o equilibrar. O que não impede que encontremos com muita frequência em autores, alguns dos quais prezo muito pessoalmente, a ideia de que a *curva de Laffer*, é uma coisa científica e portanto cortando os impostos vamos ter tal aumento de receita que tudo se estabelecerá.

Foi com base na *curva de Laffer*, que o actual presidente baixou muito a carga dos impostos, sendo que mais dia ou menos dia o presidente seguinte, vai ter que aumentar de novo os impostos, mesmo impostos cujo a justiça é indiscutível. E essa, é uma questão da ciência económica em que me parece que é uma pura manipulação de opinião pública.

Nos Estados Unidos, por exemplo: o chamado imposto sucessório, só atinge 5 ou 10% das heranças, a maior parte escapa. O que quer dizer que, a classe média que tem uma casa ou alguns bens que adquiriu com o seu trabalho e que passa para os seus filhos, estes recebem os bens, como parece razoável e consensual. Note-se que 5 % das grandes fortunas pagam imposto sucessório e no entanto esse imposto é alvo de terríveis críticas, a ponto de ter justificado uma tomada de posição pública de alguns bilionários como o Sr. *Warren Buffett*, que veio dizer que era a favor do imposto sucessório, porque não acreditava na fortuna adquirida por herança.

Era perfeitamente legítimo que o Estado tributasse as grandes fortunas, porque tornava-se mais legítimo para quem chegava ao mercado de trabalho, fazer a sua própria fortuna em vez de herdar a fortuna dos pais. O que também explica porque é que o Sr. *Buffett* recentemente doou a sua fortuna a uma fundação (*Bill e Melinda Gates Foundation*), porque acha que a herança não é uma coisa boa. Em princípio deixou aos filhos quantias que acharíamos, espantosamente confortáveis mas aqueles biliões, não devem ir para os filhos, porque não quer criar uma dinastia de bilionários. Os filhos que quiserem enriquecer, que enriqueçam como ele

fez, tenham ideias como ele teve. Percebe-se a lógica deste seu princípio, aliás deve achar que quem não enriquece ou é porque não quer ou porque é parvo.

Em relação aos Estados Unidos e aos impostos sucessórios existe toda a razão para tributar, em especial as grandes fortunas, entre as quais a não criação de dinastias, que são algo de artificial e até acho que pouco compatível com a lógica do capitalismo.

Na base de uma certa demagogia fiscal e na base uma ideia de eficiência, que não tem qualquer cabimento de actuação dos tais lobbies contra a maioria Democrática, não pode dedicar a estas questões um grande espaço por uma questão de informação de conhecimento é uma mercadoria que não é fácil de dominar.

Temos estes interesses que são de facto os interesses dominantes, os ricos e os pobres, bem como confronto político que aparece muito marcado por essas realidades, mas temos hoje questões mais subtis e mais divisíveis ainda, que são questões como por exemplo: a relação intergeracional, ou seja o que é que se pode pedir aos jovens de hoje e aos jovens de amanhã, referia também uma outra categoria, as pessoas com mais de 60 anos,.

O que é que podemos esperar da sociedade em relação a nós, aqui temos problemas de justiça, que já não cortam num tempo sincrónico (mesmo tempo), é um tempo que é crónico ao longo dos anos em várias gerações.

Descontos para a Segurança Social

Passamos para a parte dos impostos que não se reconhecem como tal, são os chamados descontos para a Segurança Social, que em Portugal se chama a taxa social única, na verdade temos aqui meros impostos.

O que é que são os impostos? Em vez de serem **progressivos são impostos proporcionais**, ou seja a substância é do imposto, a forma pode ser esta ou aquela, não interessa mas temos aqui o imposto.

A tarefa de garantir aos idosos uma pensão de reforma, é uma coisa recente. Começou no século passado, na Alemanha com *Otto Von Bismarck* na *Social Politic* e o *Welfare State* mais tarde (anos 50 e 60). Mostrou para o mundo inteiro como sendo uma coisa básica, ou seja o direito dos idosos de terem alguma coisa, para quando não tem meios de fortuna, como aliás acontece à grande maioria dos idosos.

Aqui temos um problema, porque basicamente podíamos ter outros sistemas, como: o da capitalização que falha quase sempre, o do pagamento na altura em que se trabalha, ou seja na altura, os que estão a trabalhar estão a sustentar os mais idosos.

O envelhecimento constante da população cria problemas a este sistema e torna-o inviável?

Cria um problema, mas torná-los inviáveis é muito discutível. A esse respeito temos um exemplo muito interessante: antigamente na agricultura, 80% da população ou 90% mais tardiamente suportava a alimentação de 10%. Como explicava *Thomas Malthus* estamos a caminhar para um desastre, porque não era possível que o rendimento da terra aumentasse mais que a população.

Hoje a agricultura ocupa nos países evoluídos 2 ou 3 % da população, ou menos ainda e esses 2 ou 3 % conseguem alimentar 100% que não são agricultores, e existem excedentes agrícolas. Não temos aqui nenhum problema de produção, quer dizer o aumento prodigioso da produtividade nos últimos anos, tornou possível a uma pequena parte alimentar todo o resto.

Esse aumento prodigioso de produtividade deu-se na agricultura, em todos os sectores produtivos, quer dizer, o aumento da produtividade foi tão grande e o aumento da riqueza também, nos países que funcionaram bem (Portugal não esta a funcionar assim) e que crescem 3, 4% todos os anos, criam um excedente que não levanta grandes problemas. Agora há questões de facto difíceis de resolver em termos de justiça, e há limites para esse sistema.

Passemos para o caso português, se um país começa a ter uma economia que só começa a crescer 1 % por ano ou menos, todas estas questões começam a ficar em crise. Se um país tem uma economia que cresce 3, 4 % por ano, estas questões são geráveis, podem ser resolvidas agora se assentamos uma hipótese de extremação prolongada, aqui as coisas são muito piores e então temos problemas sérios.

A segurança social deve ser pública ou privada?

Temos a velha questão onde o debate está em boa parte viciado pelos lobbies financeiros, que vêem com grande gula a possibilidade de gerir os grandes fundos que o Estado põe de lado para as reformas.

Este modelo nos Estados Unidos da América falhou completamente e foi condenado por muita gente independente, apesar da grande pressão financeira que justificará esta passagem, porque não há nada que comprove que, a gestão privada nestes fundos fosse mais eficaz que a pública. Se bem sabemos que, as comissões financeiras que seriam cobradas seriam gigantescas.

Não há aqui nenhuma saída na privatização, agora há problemas muito sérios, em especial no caso português em que temos da questão da estagnação da economia a 1% por ano.

Passamos para uma zona perfeitamente jurídica e constitucional, que é saber se temos perante o Estado (expressão que fujo sempre), ou melhor se temos perante a comunidade, direitos adquiridos. e se não pode haver nenhuma revisão dos sistemas, se devemos ter garantias da parte de ordem jurídica, que as nossas expectativas vão ser tuteladas e não pode haver alteração que toque em expectativas tuteladas ou direitos adquiridos.

Isto não é razoável pensar e aliás parte do nosso interesse era bom que assim fosse, e que as reformas se mantivessem tal como estão e não fossem alteradas, o que não parece possível. E também era bom que, não tivesse que haver mudanças drásticas na relação público/privado, mas aqui nós temos que abandonar o formalismo jurídico e outros interesses, neste caso, bens adquiridos e ver esta questão como uma permanente sobre transferência entre o sector privado e o sector público.

O sector privado existe e é completado pelo sector público. O sector público é tão necessário como o privado, sem uma ordem judicial, sem serviços de segurança, de educação e de saúde, nenhuma sociedade pode funcionar, não há aqui nenhuma hierarquia de valores privado público, isto não tem sentido.

Agora o sector público tem de prestar ao conjunto da comunidade bens financiados pelas transferências possíveis do sector privado, tal como temos a lógica da justiça entre gerações temos também a lógica da justiça entre privado e público. O que quer dizer que se o sector privado está em forte retrocesso, vamos ter que ter reduções no sector público, porque a transferência não pode ter o grau do mesmo nível, porque o contrato que foi formado entre o público e o privado pressupunha um certo grau de prosperidade no público.

Existe uma velha frase nos juristas que diz o seguinte: "os contratos são para serem cumpridos, quando as coisas se mantêm iguais", se as coisas se mantêm desiguais e se há uma evolução negativa a respeito do sector privado, vamos aceitar alguns cortes no sector público e

se também a geração actual não consegue produzir riqueza suficiente, vamos ter problemas no financiamento da geração mais antiga.

É claro que podíamos pensar num caso mais evoluído, em que o Estado garantia o mínimo, que tem sempre de ser garantido e depois ficaria a cargo de cada um a sua própria pensão. Não são esquemas muito fáceis, são por outro lado esquemas muito difíceis de concretizar.

Em suma, o que queria dizer é que tudo isto está sujeito aquilo a chamamos a cláusula do possível ou seja, podemos manter as transferências, os sistemas e os direitos porque penso que grande parte do discurso a esse respeito, pode ser um discurso catastrofista e que esconde interesses pouco sérios.

Temos que entender que há sempre uma base para a transferência, uma relação público/ privado. E quando o privado começa a entrar em crise e em derrapagem permanente, tem de haver alguns cortes no público, porque não se pode manter o contrato tal como o concebemos numa altura de obscuridade sem se saber quais seriam no futuro a possibilidade de o cumprir ponto por ponto

J.L. Saldanha Sanches .